

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A

Itarumã - GO

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2025 COM
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Abril 2026

Aos Administradores e Acionistas da
QUEIXADA ENERGÉTICA S/A
Itarumã - GO

Ref.: Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/2025.

Apresentamos a V. Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – Relatório da Administração
- 2 – Relatório do Auditor Independente;
- 3 – Balanço Patrimonial;
- 4 – Demonstração do Resultado;
- 5 – Demonstração do Resultado Abrangente;
- 6 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; e,
- 8 – Notas Explicativas.

Relatório da Administração

Breve histórico

A Queixada Energética S.A. foi fundada pela J Malucelli Energia S/A. para implantação da PCH no Rio Corrente na Cidade de Itarumã, estado de Goiás. A autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica foi homologada através da Resolução Autorizativa nº 2.419 de 25 de maio de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 10/10/2023, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, estendeu este prazo por 2.190 dias adicionais, ou seja, o prazo final de autorização será finalizado em 02/09/2048.

A implantação da PCH foi iniciada em 30 de junho de 2010 e o empreendimento conta com a potência instalada de 30MW, com um fator de capacidade de aproximadamente 72%.

Mensagem dos Diretores

A Administração submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025.

Relacionamento com auditores independentes

A Companhia tem contratado os serviços de auditoria externa da DATASENIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S., não sendo objeto do contrato quaisquer outros serviços complementares que possam sugerir conflitos de interesse.

Empréstimos e Financiamentos:

A Companhia possui financiamentos junto a Instituições financeiras e deverá manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) e manter, durante todo o período do financiamento, o Índice de Capital Próprio de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento), calculado pelo resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo Passivo Total.

Nossos índices financeiros fecharam o exercício da seguinte forma:

ÍNDICE DE COBERTURA DA DÍVIDA	2025
(A) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE NO EXERCÍCIO SOCIAL	39.456
(+) EBITDA no exercício social, calculado de acordo com o item (D)	42.060
(-) Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social apurada no exercício, líquido de diferimentos	2.604
(B) SERVIÇO DA DÍVIDA NO EXERCÍCIO SOCIAL	17.415
(+) (Amortização de Principal realizada no exercício social) x 12 / (Nº de meses da Amortização no exercício social)	8.514
(-) (Pagamento de Juros realizado no exercício social) x 12 / (Nº de meses da Amortização no exercício social)	8.901
(C) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida no exercício social	2,27
(D) EBITDA DO EXERCÍCIO SOCIAL	42.060
(+) Lucro Líquido	32.464
(+/-) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais	2.604
(-) Receitas financeiras	(2.266)
(+) Despesas financeiras	3.384
(+) Depreciações e amortizações	5.874
(+/-) Quaisquer outras (Receitas) ou despesas sem efeitos financeiros	-
(+/-) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/Controladas	-

ÍNDICE DE COBERTURA DA DÍVIDA

Passivo Circulante (PC)	10.821
Passivo Não Circulante (PNC)	34.174
Patrimônio Líquido (PL)	160.884
Índice de Capital Próprio = PL / (PC + PNC + PL) =	78%

Demonstrações Contábeis

A Administração revisou e concorda com as demonstrações financeiras e também com o relatório dos auditores independentes emitido sobre as respectivas Demonstrações Contábeis para o exercício de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2025



Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Queixada Energética S/A

Itarumã – Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da QUEIXADA ENERGÉTICA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da QUEIXADA ENERGÉTICA S/A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades do Auditor Independente”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores

A administração da Queixada Energética S.A é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança Sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Queixada Energética S.A é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da Queixada Energética S.A é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Queixada Energética S.A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Queixada Energética S.A. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, inclusive se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de maio de 2026.

Atenciosamente,

DataSenior Auditores Independentes SS

CRC PR-009427/O-0

Hyellen dos Santos Bispo Martins

CRC PR 053849/O-2
Sócia – Responsável Técnica

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.103	6.219	Fornecedores		982	462
Aplicações financeiras	6	13.005	9.467	Obrigações fiscais		244	211
Contas a receber	8	5.257	4.808	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		590	509
Outros créditos		926	678	Empréstimos e financiamentos	10	8.295	8.319
		22.291	21.172	Outras obrigações	11	710	4.896
						10.821	14.397
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	6	3.888	-	Empréstimos e financiamentos	10	34.174	42.752
Aplicações financeiras vinculadas	7	3.485	4.804			34.174	42.752
Outros créditos		167	153	Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	176.048	181.838		13		
		183.588	186.795	Capital social		112.280	112.280
				Reserva legal		9.752	8.129
				Reserva de lucros		38.852	30.409
						160.884	150.818
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
		205.879	207.967			205.879	207.967

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
(=) Receita operacional líquida	14	58.112	50.286
(-) Custos da energia comercializada	15	(19.244)	(17.752)
(=) Lucro operacional bruto		38.868	32.534
(+/-) Despesas operacionais		(2.682)	(7.252)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.458)	(7.254)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(224)	2
(=) Lucro antes do resultado financeiro		36.186	25.282
Resultado financeiro	17	(1.118)	(2.265)
(=) Lucro antes dos tributos		35.068	23.017
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	18	(2.604)	(2.403)
(=) Lucro líquido do exercício		32.464	20.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	32.464	20.614
Resultado abrangente total	32.464	20.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucro/(prejuízo) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	112.280	7.098	40.206	-	159.584
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.614	20.614
Destinações:					
Constituição de reserva legal	-	1.031	-	(1.031)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.896)	(4.896)
Dividendos complementares de exercícios anteriores	-	-	-	(24.484)	(24.484)
Retenção de lucros	-	-	(9.797)	9.797	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	112.280	8.129	30.409	-	150.818
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.464	32.464
Destinações:					
Constituição de reserva legal	-	1.623	-	(1.623)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.710)	(7.710)
Dividendos complementares de exercícios anteriores	-	-	(14.688)	-	(14.688)
Retenção de lucros	-	-	23.131	(23.131)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	112.280	9.752	38.852	-	160.884

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	32.464	20.614
Ajustes para:		
Depreciações	5.874	5.867
Despesas com juros sobre empréstimos bancários	8.811	8.776
	47.149	35.257
Variações em		
Diminuição do contas a receber	(449)	1.672
Diminuição de outros ativos e passivos	(4.448)	(3.156)
Diminuição de impostos e contribuições	114	(133)
Aumento de fornecedores	521	218
	42.887	33.858
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do imobilizado	(83)	(279)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(83)	(279)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos junto a instituições financeiras - principal	(8.514)	(8.245)
Amortização de empréstimos junto a instituições financeiras - encargos	(8.901)	(8.675)
Aplicações financeiras	(7.426)	12.095
Aplicações financeiras vinculadas	1.319	4.804
Distribuição de Dividendos	(22.398)	(29.380)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(45.920)	(29.401)
Aumento líquido/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(3.116)	4.178
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.219	2.041
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.103	6.219
Aumento líquido/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(3.116)	4.178
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

Queixada Energética S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo regida pela legislação pertinente e seu estatuto próprio, com sede na Fazenda Queixada s/nº, município de Itarumã no Estado de Goiás.

Tem como objetivo e finalidade a autorização de exploração de usina hidrelétrica no Rio Corrente, no município de Itarumã, Estado de Goiás, mediante sua construção, instalação e venda da energia ali produzida com autorização do poder concedente.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado. A J Malucelli Energia S.A., companhia fundadora da Queixada Energética S.A., obteve da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, através da Resolução Autorizativa nº 2419/2010, autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos. Em 10/10/2023, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, estendeu este prazo por 2.190 dias adicionais, ou seja, o prazo final de autorização será finalizado em 02/09/2048.

O empreendimento conta com a potência instalada de 30MW, com fator de capacidade de aproximadamente 72%.

Em outubro de 2012 a usina entrou em operação dando início a produção de energia. A autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) se deu por meio do despacho nº 2.747.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 22 de janeiro de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas: Nota 9 - Imobilizado e Nota 12 - Provisão para contingências.

3 Principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações feitas pela lei.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes.

a) Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A entidade reconhece o ativo financeiro e o passivo financeiro no seu balanço patrimonial/demonstração da posição financeira quando, e apenas quando, se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

(por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL (RESOLUÇÃO ANEEL NO 044, DE 17 DE MARÇO DE 1999), as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens.

Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas.

Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (impairment) destes ativos, quando aplicáveis.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao exercício anterior não houve alterações nas vidas úteis e valores residuais dos ativos.

d) Intangível

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento e aquisições de softwares, o pagamento da Bonificação de Outorga, direito de uso e intangíveis relativos ao CAPEX melhoria.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes.

f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os rendimentos, os encargos e os efeitos dos índices e taxas oficiais a ou variações incidentes sobre os ativos e passivos e os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável.

g) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial.

h) Benefícios a empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

i) Provisão para contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

j) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas quando cumpridas as obrigações de performance, de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

A norma CPC 47 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018) substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos.

De acordo com a CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Empresa espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Administração da Empresa analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos.

No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos.

A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Empresa com os produtos

k) Tributação

A empresa optou pelo recolhimento de seus tributos no lucro presumido, sob o regime de caixa, onde o imposto de renda tem presunção de 8% e 12% na contribuição social corrente sobre sua receita operacional. A partir da base tributária, são calculados os impostos nas alíquotas de 15% para IR, acrescidas do adicional de 10% sobre a base excedente a R\$ 60 mil (base trimestral), conforme legislação vigente, e 9% sobre a base para a contribuição social corrente. Quando aplicável é compensado o IRRF retido sobre os ganhos de aplicação.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

4 Gerenciamento de riscos

A diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito e inadimplência é reduzida, pois a Companhia opera a comercialização da energia gerada preponderantemente com contratos ACR, no mercado regulado.

Risco de liquidez

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

Risco operacional

Os riscos de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, surgem naturalmente das operações. O objetivo da administração é gerenciar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Risco ambiental

Os projetos da Companhia acarretam riscos que podem causar danos ao meio ambiente. Por isso, são obrigadas a cumprir uma série de exigências da rígida legislação ambiental brasileira. No entanto, além de atender às exigências da legislação, adota-se uma postura preventiva e pró-ativa nas questões ambientais, buscando antecipar eventuais riscos e/ou problemas, todavia remanescem riscos inerentes a atividade, que podem impactar sobre o ambiente onde se localizam os empreendimentos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Os valores relativos ao caixa e equivalentes de caixa na data do balanço discriminam-se como segue:

	2025	2024
Caixa	5	5
Contas Correntes Bancárias	3.098	6.214
	3.103	6.219

6 Aplicações financeiras

	2025	2024
Aplicações financeiras	16.893	9.467
	16.893	9.467
Circulante	13.005	9.467
Não circulante	3.888	-

As aplicações financeiras possuem taxas baseadas no Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com taxa de 102 a 107% do CDI, cujos vencimentos estão previstos para os anos de 2026 e 2027, com liquidez diária.

7 Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	3.485	4.804
	3.485	4.804

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras vinculadas para atendimento de cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos. Os investimentos são remunerados a taxas baseadas no Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com taxa de 96% do CDI, cujo vencimento está previsto para o ano de 2028.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

8 Contas a receber

O valor registrado em contas a receber corresponde ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica, não faturada ao consumidor, calculada em base estimada referente ao período, após a medição mensal e até o último dia do mês:

	2025	2024
Cientes Setor Privado	5.257	4.808

Os saldos encontram-se, substancialmente, na faixa de a vencer a menos de 30 dias. A Companhia não espera ter perdas por não recebimentos destes valores, motivo pelo qual não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

9 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (impairment).

Detalhes	Taxa anual de depreciação			2025	2024
		Custo	Depreciação	Contábil	Contábil
Terrenos	-	6.277	-	6.277	6.277
Edificações	2 a 3,33%	31.667	(8.711)	22.956	23.609
Reservas, barragens e adutoras	2 a 3,33%	159.270	(44.793)	114.477	117.840
Equipamentos pesados	2,5 a 16,67%	56.392	(24.223)	32.169	33.939
Outros	6,25% a 20%	429	(260)	169	173
		254.035	(77.988)	176.048	181.838

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (impairment) destes ativos, quando aplicáveis.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Movimentação do imobilizado						
	Terrenos	Edificações	Reservas, barragens e adutoras	Equipamentos pesados	Outros	Total
Custo						
Saldos em 1º de janeiro 2024	6.277	31.667	159.270	56.150	309	253.673
Aquisições	-	-	-	169	110	279
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.277	31.667	159.270	56.319	419	253.952
Aquisições	-	-	-	73	10	83
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.277	31.667	159.270	56.392	429	254.035
Depreciações						
Saldos em 1º de janeiro 2024	-	(7.405)	(38.066)	(20.545)	(231)	(66.247)
Depreciações no período	-	(653)	(3.364)	(1.835)	(15)	(5.867)
Saldos em 31 de dezembro 2024	-	(8.058)	(41.430)	(22.380)	(246)	(72.114)
Depreciações no período	-	(653)	(3.363)	(1.843)	(15)	(5.874)
Saldos em 31 de dezembro 2025	-	(8.711)	(44.793)	(24.223)	(261)	(77.988)
Valor contábil						
Em 31 de dezembro 2024	6.277	23.609	117.840	33.939	173	181.838
Em 31 de dezembro 2025	6.277	22.956	114.477	32.169	169	176.048

10 Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos, em moeda local, está assim demonstrado:

Instituição	Linha	Taxa	Vencimento	2025	2024
BNDES	Financiamento	2,34% a.a. + TJLP	Mar/29	10.611	13.701
Banco do Brasil - FCO	Financiamento	10% a.a.	Jan/32	31.858	37.370
				42.469	51.071
Circulante				8.295	8.319
Não circulante				34.174	42.752

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Saldo em 31/12/2024	Amortização do principal	Juros Pagos	Despesas com Juros	Saldo em 31/12/2025
BNDES	13.701	(3.320)	(1.709)	1.939	10.611
Banco do Brasil - FCO	37.370	(5.194)	(7.192)	6.874	31.858
	51.071	(8.514)	(8.901)	8.813	42.469

Garantia das operações de crédito: Os empréstimos e financiamentos estão amparados por garantias fidejussórias, representadas pelo aval dos acionistas em favor das respectivas instituições financeiras.

Nos instrumentos de operações de crédito estão contempladas cláusulas que não permitem a Companhia as seguintes operações sem que haja a anuência do agente financeiro:

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

- a) Emissão de debêntures;
- b) Amortização de ações;
- c) Celebração de novos empréstimos, financiamentos ou novas dívidas;
- d) Elaboração de contratos de mútuos com pessoas físicas ou jurídicas ligadas;
- e) Redução do capital social até a liquidação de todas as obrigações assumidas.

No caso de descumprimento destas obrigações as parcelas do contrato poderão ser antecipadas.

Além destas obrigações a Companhia deverá manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) e manter, durante todo o período do financiamento, o Índice de Capital Próprio de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento), calculado pelo resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo Passivo Total.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está em conformidade com todas estas obrigações.

11 Outras obrigações

Os valores destacados no balanço se referem a dividendos a pagar aos sócios devidamente provisionados conforme segue demonstrado abaixo:

Cálculo dos dividendos	2025	2024
Lucro líquido do exercício	32.464	20.614
(-) Reserva legal (5%)	(1.623)	(1.031)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	30.841	19.583
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	7.710	4.896
Dividendos Pagos	(7.000)	-
Dividendos a pagar	710	4.896

Em 2025 foram pagos dividendos complementares no montante de R\$ 14.688 relativos a exercícios anteriores, devidamente autorizado pelo agente financeiro.

12 Provisões de Contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Para a data-base 31/12/2025 a empresa não possui processos civil/trabalhista/tributária com natureza passiva, classificada como provável e ou possível.

13 Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui capital social de R\$ 112.280 (112.280 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 112.280 ações ordinárias, todas elas nominativas e sem valor nominal.

Composição acionária da Companhia

Em 31 de dezembro de 2025 a composição acionária da Companhia e participação acionária é a seguinte:

Acionistas	Participação acionária (%)
J Malucelli Energia S.A	100%

(ii) Reserva legal

Constituída quando da apuração de lucro líquido, à razão de 5% em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados ou para aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituída Reserva Legal no montante de R\$ 1.623 (R\$ 1.031 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2025 foi destinado a reserva de retenção de lucros.

(iv) Política de distribuição de dividendos

Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, após a compensação dos prejuízos acumulados e em 2025 foram destacados dividendos de R\$ 7.710 (R\$ 4.896 em 2024).

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

14 Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

	2025	2024
Receita de energia	60.313	52.191
(-) Tributos sobre a receita	(2.201)	(1.905)
	<u>58.112</u>	<u>50.286</u>

15 Custo da energia comercializada

	2025	2024
Depreciação	(5.859)	(5.851)
Serviços	(6.144)	(6.388)
Liquidação financeira	(5.829)	(4.614)
Compartilhamento uso rede elétrica	(1.228)	(840)
Outros custos	(184)	(59)
	<u>(19.244)</u>	<u>(17.752)</u>

16 Despesas administrativas

	2025	2024
Serviços de terceiros	(1.242)	(438)
Despesas com pessoal	-	(3)
Aluguéis	(7)	(88)
Depreciação	(15)	(16)
Despesas tributárias	(319)	(6.356)
Outras despesas	(875)	(353)
	<u>(2.458)</u>	<u>(7.254)</u>

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

17 Resultado financeiro

	2025	2024
Receita Financeira	2.266	2.396
Receita com aplicação financeira	2.266	2.396
Despesas Financeiras	(3.384)	(4.661)
Encargos sobre empréstimos bancários	(3.360)	(4.616)
Despesas bancárias	(8)	(54)
Outras	(16)	9
Resultado Financeiro Líquido	(1.118)	(2.265)

18 Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social da Companhia são apurados pelo regime do lucro presumido, conforme o previsto na Lei n° 10.637 de 2002, artigo 46, com períodos de apuração trimestrais. O imposto de renda e contribuição social correntes estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Apuração lucro presumido		
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção	60.313	52.192
Outras receitas sujeitas a alíquota integral	2.226	2.396
Base de cálculo imposto de renda	7.052	6.587
Base de cálculo contribuição social	9.467	6.263
Imposto de renda (alíquota 15%)	1.064	987
Adicional IR (alíquota 10%)	685	635
Contribuição social (alíquota 9%)	855	781
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.604	2.403

19 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros discriminam-se como segue:

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

(i) Instrumentos financeiros por categoria

	2025	2024
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros		
Caixas e equivalentes	3.103	6.219
Aplicações financeiras	16.893	9.467
Aplicações financeiras Vinculadas	3.485	4.804
Contas a receber	5.257	4.808
	28.738	25.298
	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Fornecedores	982	462
Empréstimos e financiamentos	42.469	51.072
	43.451	51.534

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

	2025		2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes	3.103	3.103	6.219	6.219
Aplicações financeiras	16.893	16.893	9.467	9.467
Aplicações financeiras vinculadas	3.485	3.485	4.804	4.804
Contas a receber	5.257	5.257	4.808	4.808
	28.738	28.738	25.298	25.298
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos financeiros				
Fornecedores	982	982	462	462
Empréstimos e financiamentos	42.469	42.469	51.071	51.071
	43.451	43.451	51.533	51.533

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

(iii) Determinação de valor justo

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

(iv) Posições de instrumentos financeiros - análise de sensibilidade

A Companhia se utiliza de empréstimos e financiamentos, os quais estão expostos a taxas de juros flutuantes relacionadas à variação do TJLP, relativamente a operações de crédito em moeda nacional.

Para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração foi realizada a análise de sensibilidade, observando os seguintes percentuais de deterioração considerados na avaliação dos cenários:

1. Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial;
2. Situação com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP em 31 de dezembro de 2025 e preço corrente da energia);
3. Situação com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP em 31 de dezembro de 2025 e preço corrente da energia):

Operação	Risco	Taxa média a.a.	Valor Exposto em 31/12/2025	Cenário I	Cenário II	Cenário III
				8,05%	9,96%	11,96%
				Aumento da TJLP		
				1%	25%	50%
Empréstimos e Financiamentos	Aumento TJLP	7,97%	42.469	34	845	1.695
Efeito no Resultado				34	845	1.695

Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela referem-se ao valor da dívida atualizada em 31 de dezembro de 2025, não sendo considerados os juros futuros:

QUEIXADA ENERGÉTICA S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

Operação	Até de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	982	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.295	8.295	25.879

20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros contra riscos operacionais da Companhia possuíam a seguinte composição:

Cobertura	2025
Danos materiais	260.000
Lucros cessantes	50.000
Responsabilidade civil	50.000

Diretoria

Diretora Presidente
Diretor sem Titulação

Fernanda Forbeck de Castro Sawaia
Marcelo Tetsuo Shigueoka

Contabilista

Valdecir Ferraz Machado
CRC/PR 025.494/O-4